

O jornalismo contracultural durante o período de ditadura militar no Brasil¹

Bianca Aparecida dos SANTOS²
Mariangela Fazano AMENDOLA³

Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP

RESUMO

Com a pretensão em ampliar a compreensão a respeito do jornalismo contracultural durante o período de ditadura militar no Brasil, essa pesquisa trouxe algumas considerações sobre os anos de chumbo, época em que a imprensa viveu de repressão. Além das análises de um semanário da época, foram utilizados na confecção desse trabalho os autores: Rivaldo Chinem (1995), Marcos Alexandre Capellari (2007), Giuliana Chorilli (2014), Bernardo Kucinski (1991), Luíz Carlos Maciel (1973), Carlos Alberto Messeder Pereira (1983), Sérgio Aspahan e Márcio Godinho (2013) e Roberto Muggiati (1985). De acordo com esses autores, o período ditatorial no Brasil trouxe grandes limitações para a imprensa de forma geral, dando impulso para o jornalismo alternativo surgir como forma de resistência e contestação.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Alternativo; Contracultura; Ditadura; Mídia; Resistência.

Introdução

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi verificado que o jornalismo contracultural mantinha uma postura de oposição ao governo, principalmente de 1968 à 1978, pois o Brasil viveu o pior momento da sua história relacionado a censura, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que punia toda e qualquer ação contrária ao governo vigente. Durante esse tempo o movimento estudantil se mobilizava contra a política tradicional e reivindicava por liberdade, especialmente pela liberdade de expressão. Deste modo, eram cada vez mais comuns protestos radicais e cenas de violências nas ruas, contra os estudantes que eram de oposição ao desrespeito aos direitos individuais, da ocultação do processo decisório e do golpe.

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação - IJ 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 17 a 19 de junho – CEUNSP – Salto (SP).

² Estudante do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, na UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista). email: biancasantos.aps@gmail.com.

³ Mestre em Comunicação Midiática pela UNESP/Bauru (Universidade Estadual Paulista) e Especialista em Publicidade, Propaganda e Mercado pela ECA/USP (Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo), professora do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente (FACOPP), da UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista). email: mariangelafazano@unoeste.br.

O jornalismo alternativo surgiu no Brasil nessa época de conflitos políticos e ideológicos. Porém, de acordo com as análises desta pesquisa os jornais que surgiam nessa fase não duravam muito, Rivaldo Chinem autor do livro “Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação” explica que cerca de trezentos periódicos de oposição ao militarismo entre os anos de 1964 e 1980 surgiram, e logo fechavam as portas devido a censura rigorosa nos veículos de comunicação existentes. Quando algo era visto como desordem pelo governo, ou afronta, a maioria dos jornais alternativos encerravam suas atividades por pressão dos militares. Mas, foi através deste novo modo de fazer jornalismo que a imprensa se tornou questionadora.

A imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico. Vivíamos a época do chamado “milagre” – que se mostrou, afinal, só um malogro. Entre a verdade e a lenda, a propaganda oficial e parte da grande imprensa davam preferência ao que era mais cômodo, ao que interessava aos donos do poder (CHINEM, 1995, p. 8).

Com a chegada do niilismo na imprensa, termo que simboliza a negação de todo princípio religioso, político e social, o jornal *O Pasquim* foi criado. Este veículo era livre de características políticas que favoreciam o governo vigente, se mostrava debochado e irreverente para a sociedade tradicional. Na visão de Chinem (1995, p. 43) “Irreverente, moleque, com uma linguagem desabrida, bastante atrevido para os padrões de comportamento da imprensa na época e com boa distribuição”, assim era considerado o *Pasquim*, um instrumento de confronto.

O seu aparecimento se deu principalmente devido a época de grandes mudanças culturais brasileiras e pela busca por sair da rigidez do conservadorismo. O *Pasquim*, além de ser uma opção em relação à imprensa tradicional, não possuía nenhum compromisso econômico e político como a grande mídia tinha, e veiculava conteúdos que não eram aceitos pela imprensa tradicional. Como explica Marcos Alexandre Capellari (2007, p.84) “Nesse período de forte repressão direta ou indireta à imprensa, o jornalismo independente se tornou veículo para a enunciação do proibido, política e culturalmente, e de crítica ao *status quo*.”

Segundo Roberto Muggiati (1985) esse período foi visto como revolucionário, tanto para a música, quanto para os veículos de comunicação alternativos que se mobilizavam. Conforme explica o autor do livro “Rock: Da utopia à incerteza” de Muggiati

(1985, p.7) “Era uma espécie de guerrilha cultural, um movimento espontâneo e insinuante que, se apossando dos meios de comunicação ou até criando canais alternativos, conquistava adeptos por toda parte [...]”.

O jornalismo contracultural por meio do Pasquim

Para essa pesquisa o jornalismo contracultural consiste em um dos principais elementos de oposição ao golpe militar. O termo contracultura teve uma rápida difusão, tomando grandes proporções mesmo sendo veiculado pela imprensa menos poderosa, Carlos Alberto Messeder Pereira (1983, p.19) afirma que essa fixação do termo se deu “especialmente, porque continha em si mesmo uma expressiva carga de informação a respeito do movimento que designava”.

Foi este jornalismo alternativo que impulsionou a mudança no modo de fazer e pensar jornalismo no Brasil durante o militarismo, como entende Bernardo Kucinski no livro “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”. Para ele a imprensa alternativa tomou força principalmente devido aos humoristas e desenhistas dos grandes veículos tradicionais que eram censurados constantemente, e isso fortaleceu a busca por eles de uma imprensa própria, onde pudessem lidar com o humor e a política com mais liberdade. Entre os cartunistas da época especificamente no caso do *Pasquim*, Kucinski (1991) apresenta Millôr Fernandes e Ziraldo.

Millôr considera que seu humorismo na fase de O Cruzeiro era basicamente ingênuo. No entanto, ele representava, nos anos de 1960, a culminância da estética do humor escrito no Brasil, enquanto Ziraldo atingia o máximo no humor desenhado. Em Millôr, o ceticismo absoluto permitia a liberdade total, o não-condicionamento pela ideologia, enquanto a maioria, como era o caso de Ziraldo, estava politicamente engajada na matriz atada do nacional-populismo. Nesse ambiente, mesmo Jaguar, um cético e anárquico, fazia humor articulado ao campo das forças populares, reservando o poderio de seu estilo cruel para agredir os poderosos, nunca para ridicularizar os oprimidos (KUCINSKI, 1991, p. 27).

Neste período até a caricatura como forma de arte e expressão nos jornais era considerada perigosa pelos militares. Segundo a censura, a caricatura deformava fisionomias e expunha traços da personalidade desenhada que não poderia favorecê-los. Mas era através do riso que esses cartunistas conseguiam tirar da população todo o medo acumulado pela repressão do governo cada vez mais intensa. No caso do *Pasquim* os jornalistas recorriam a ele como uma válvula de escape, do mesmo modo que os cartunistas

e chargistas. Como explica Giuliana Chorrili em seu artigo “*Underground: O Jornalismo Contracultural e a possibilidade da inserção de uma nova modalidade de jornalismo por meio do Pasquim*”.

Nas colunas os autores possuíam toda liberdade conferida pelo jornal de expressar sua opinião pessoal a cerca de um determinado assunto, mesmo o jornal tendo a característica de se dividir em “seções”, que na sua maioria possuía um autor, ou ‘dono’, por assim dizer, nada impedia que, por exemplo, um autor que estivesse acostumado a escrever sobre política escrevesse algo sobre cultura, se assim quisesse (CHORILLI, 2012, p. 3).

Por ser um semanário considerado de esquerda, abordava temas diretamente relacionados à contracultura, entre eles estão: a crítica ao governo, aos meios de comunicação de massa tradicionais e denúncias sociais. Além de assuntos mais conhecidos considerados tabus, como: sexo, drogas, homossexualidade e empoderamento feminino, por exemplo. Esses conteúdos eram publicados no jornal com uma linguagem própria.

O *Pasquim* modificou a linguagem jornalística ao escrever como se falava, e isso influenciou até a propaganda no Brasil. Liberou todo mundo; usou palavras que daí em diante podiam ser falados e publicados, por que não? Pô, putsgrila, paca. O pessoal da censura era chamado de “a turma do pilot”, uma referência ao tipo de caneta-tinteiro que usavam para marcar com X as matérias vetadas (CHINEM, 1995, p. 49, grifos do autor).

Mesmo sendo o veículo mais conhecido em relação à imprensa alternativa, durante a ditadura os redatores de O *Pasquim* eram chamados constantemente para prestarem depoimento a respeito das publicações do jornal, mas resistiam. E, mesmo com a censura o semanário inovava, trouxe a institucionalização da entrevista com gravador, de um modo que a conversa acabava ganhando um tom informal, e apresentou ao público características próprias de escrita e desenho. “No *Pasquim* se desenhava e se escrevia de maneira muito pessoal, uma das marcas da publicação. Muito irreverente, fazia crítica política no momento em que a imprensa estava calada” (CHINEM, 1995, p. 49).

Um nome conhecido quando se fala sobre contracultura é o de Luiz Carlos Maciel que tinha sua coluna *underground* em o *Pasquim*. Maciel (1973) afirma que o objetivo da sua coluna não era de discutir os problemas da cultura de um país subdesenvolvido, mas comparar o contexto nacional com o norte-americano da época.

Dizem eles que não existe manifestação superestrutural autêntica desligada da infraestrutura que lhe é própria. Dentro dessa ótica a contracultura é uma importação inútil. A estreiteza, segundo penso,

reside no desconhecimento deliberado das complexas interações que existem hoje entre as diversas culturas nacionais, graças à eficiência dos modernos meios de comunicação de massa. O complexo colonial responde pela assimilação passiva, acrítica, mas a influência estrangeira e os produtos culturais híbridos que ela gera, por piores que sejam, são inevitáveis. (...) acredito que, apesar de tudo, só as raízes nacionais podem propiciar energia e originalidade criadora a uma cultura. Absolutizar esse dado, porém, é dar uma de avestruz e enfiar a cabeça na areia. A influência estrangeira deve ser assimilada de forma crítica e só a compreensão, não a ignorância, vaidosa, torna a crítica possível (MACIEL, 1973, p. 77).

Tomando como exemplo o veículo de oposição citado, verifica-se, portanto, a enorme importância do papel da imprensa alternativa no período de ditadura no Brasil. Como compreende diversos autores, dentre eles o antropólogo Carlos Alberto Messeder Pereira (1983) que viu na imprensa o poder de difundir o movimento contracultural como algo novo e de muitos adeptos.

Surgido inicialmente na imprensa, o rótulo contracultura foi ganhando um espaço de circulação cada vez mais amplo. E isto, principalmente, na medida em que o fenômeno a que ele se referia ia também se expandindo e se revelando, aos olhos de um número crescente de pessoas, como um tema obrigatório de discussão. É claro que não se pode esquecer ou deixar de levar em consideração a força, o poder de imprensa, especialmente da grande imprensa, no sentido de lançar rótulo ou modismos (PEREIRA, 1983, p. 18).

Outro autor que traz reflexões a respeito da imprensa alternativa é o historiador Marcos Alexandre Capellari em sua tese de doutorado: *O Discurso Da Contracultura No Brasil: O Underground Através De Luiz Carlos Maciel* (c. 1970) de 2007. Para ele no caso específico do *Pasquim*, o veículo conseguia driblar a censura com humor manifestando a insatisfação com o conservadorismo militar, além de repudiar a hierarquia das redações tradicionais e a formalidade.

As inovações formais eram a outra face da postura libertária assumida por seus membros, a começar pelo repúdio à organização hierárquica. Ao invés de uma hierarquia a determinar a pauta jornalística, a “patota”, como se autodenominavam os integrantes d’O Pasquim, se reunia, muitas vezes em bares, e discutia cada edição (CAPELLARI, 2007, p. 86, grifos do autor).

Na concepção da jornalista Giuliana Chorilli (2012), o *Pasquim* apresentava em seu discurso a provocação, a denúncia e uma fala auto-crítica muito forte que fugia do

jornalismo tradicional da época de ditadura. Em uma mesma edição era possível encontrar desde jornalismo informativo, especializado, até poesias, contos, quadrinhos, além dos artigos.

O jornalismo do *Pasquim*, mesmo sendo um jornalismo híbrido e de certa forma experimental, é um jornal sem precedentes, estando muito além de sua época, com seu estilo textual e de organização totalmente inovadores para época, quiçá para os dias atuais (CHORILLI, 2012, p. 8).

Jornais alternativos na ditadura

Mas não foi só com O *Pasquim* que a imprensa contracultural se fortaleceu na ditadura. Outros jornais surgiram durante os primeiros anos de golpe no Brasil, entre os mais duradouros e influentes segundo Kucinski (1991) estão: *Politika* de 1971, *Opinião* de 1972 e *Ex* de 1973. O Jornal *Ex*, veiculou reportagens investigativas, imagens provocativas para a sociedade e textos sarcásticos. Já o *Opinião*, fora criado por egressos de Veja, intelectuais e políticos da esquerda com uma visão mais marxista, o jornal pregava que a notícia é apenas uma parte da verdade. Enquanto o *Politika*, foi lançado por repórteres especializados em coberturas políticas, retomou a ideologia populista nacionalista de Juscelino e Getúlio Vargas.

Não havia, entre esses jornais, divergências táticas ou estratégicas decisivas, até porque não havia definições ou propostas precisas dessa ordem sendo colocadas ou dividindo a sociedade civil. Havia divergências ideológicas, e diferentes alinhamentos, mas os vários grupos e jornais enxergavam-se muito mais como complementares, coadjuvantes de uma mesma frente de resistência, não como competidores. Em todos os jornais políticos repetia-se a postura nacionalista dos primeiros alternativos de 1965, reação à abertura generalizada da economia aos capitais estrangeiros, promovida pelos mentores do golpe. Mas a modalidade de nacionalismo, e seu peso na linha do jornal, variava consideravelmente (KUCINSKI, 1991, p. 48).

De acordo com os jornalistas Sérgio Aspahan e Márcio Godinho (2013), estudantes de jornalismo da década de 70 que foram mochileiros pelo Brasil nos anos do golpe, os jornais alternativos eram conhecidos como nanicos, por possuírem o formato tabloide, metade do tamanho do jornal padrão e tinham poucas tiragens devido a falta de auxílio dos patrocinadores. “Por serem opositores, não recebiam patrocínios públicos de estatais e órgãos do governo, seu principal inimigo” (ASPAHAN e GODINHO, 2013, p. 49).

Aspahan e Godinho (2013) defendem a ideia de que mesmo todos os veículos de comunicação alternativos tendo o propósito de confronto ao conservadorismo, cada um possuía características próprias, e a sobrevivência em meio a imprensa tradicional era dura.

Os nanicos sobreviviam a duras penas com a receita das vendas em bancas das vendas diretas feitas por colaboradores, estudantes em sua maioria que simpatizavam com suas linhas editoriais e também com a comissão que recebiam, de dez por cento do valor da capa. Outra fonte de renda eram as assinaturas semestrais ou anuais, que garantiam um mínimo de fluxo de caixa para a sobrevivência. Pouquíssimos jornalistas recebiam salário, a maioria era formada por voluntários e inúmeros colaboradores (ASPAHAN e GODINHO, 2013, p. 49).

Em 1975 surge um novo jornal, o semanário *Movimento*, tendo como diretor editorial Raimundo Pereira e colaboradores intelectuais tais como: Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Villas-Bôas, Bernardo Kucinski, Tônico Ferreira e Aguinaldo Silva. O jornal tinha consigo uma base sólida para a sua elaboração, mas segundo Chinem (1995) também não escapou da censura. A cada semana a equipe do veículo preparava várias opções de capas, pois, nunca sabiam o que seria vetado ou o que poderia ser liberado.

A expectativa na abertura deste jornal era de ter a tiragem de 50 mil exemplares, mas em sua primeira edição vendeu apenas 21 mil. “No oitavo número, as vendas tinham baixado para 8,5 mil. Esse desacerto resultava em enorme prejuízo financeiro. A censura atrasava a distribuição do jornal” (CHINEM, 1995, p. 76). *Movimento* em seu primeiro semestre de funcionamento tinha boa parte da produção censurada.

Nos primeiros seis meses, o jornal teve 320 artigos censurados. A partir de 16 de dezembro de 1975, a censura passou a ser feita em Brasília, a mais de mil quilômetros da redação do jornal, em São Paulo. Todas as quintas-feiras, às oito da manhã, o pessoal da sucursal de Brasília entregava na sede da Polícia Federal volumoso pacote com os originais de textos, desenhos, fotografias, tabelas e chamadas de capa produzidos para a edição de *Movimento* que deveria circular na segunda-feira seguinte (CHINEM, 1995, p. 76).

Na visão de Aspahan e Godinho (2013) desde a fundação do jornal até junho de 1976 o *Movimento* tinha censores dentro da redação, vetando as matérias de forma desordenada. “Era a censura prévia, que foi seguida por perseguições, ameaças, explosões de bombas e ataques com ácido às redações e até às bancas de revistas que vendessem as

publicações mais visadas pelos grupos paramilitares de extrema direita [...]” (ASPAHAN e GODINHO, 2013, p. 51).

De acordo com Chinem (1995) entre as edições apreendidas pela censura estava uma sobre o trabalho da mulher no Brasil e mobilizou 82 jornalistas em oito estados durante 40 dias. “Resultado: das 305 laudas enviadas à censura, 283 foram cortadas; de 73 fotografias, 58 foram vetadas; de 13 desenhos, seis foram proibidos; e de 12 tabelas estatísticas, dez foram canceladas” (CHINEM, 1995, p. 77).

Mas Aspahan e Godinho (2013) compreendem que o *Movimento* não foi só símbolo de resistência à ditadura e reconhecem também a qualidade dos textos do jornal que superavam os da imprensa tradicional.

Textos lúcidos, inteligentes, com uma visão muito mais ampla e humanista do que o factual típico dos grandes jornais sensacionalistas ou conservadores. **Movimento**, mais que um jornal, era um aglutinador das visões teóricas da esquerda, de diversos matizes, e um porta-voz da sociedade mais esclarecida e democrática. Mais que isso, era também um formulador de propostas para a sociedade, como o movimento pela Assembleia Nacional Constituinte, lançado e defendido pelo jornal, a partir de 1977, para se criar uma nova Constituição democrática para o país, com ampla participação popular (ASPAHAN e GODINHO, 2013, p. 51 e 52, grifos do autor).

Com cinco anos de circulação, *Movimento* fez sua primeira autocrítica ao entrevistar Hamilton Almeida Filho, jornalista experiente que colaborou com o veículo por pouco tempo após o fim da censura. Segundo Chinem (1995), Hamilton criticou *Movimento* jornal ao dizer que não poderia fazer jornal sem jornalistas. “*Movimento* era feito por 95% de não-jornalistas e 5% de jornalistas, que eram profundamente atrapalhados, criticados e impedidos na sua ação por atitudes absolutamente não jornalísticas [...]” (CHINEM, 1995, p. 82). A explicação para a afirmação de Hamilton foi dada por Raimundo Peireira.

[...] a grande maioria dos redatores de *Movimento* era de ex-estudantes e jornalistas democráticos saídos de movimentos estudantis ou que tinham ambições profissionais e que viam no jornalismo alternativo uma forma mais acessível de se lançar na profissão. Um ou outro redator tinha sido militantes das lutas clandestinas contra o regime militar. Mas a grande maioria, que tinha um papel decisivo na publicação, se compunha de participantes da luta política, para os quais o próprio jornal muitas vezes parecia a forma suprema de militância e organização (CHINEM, 1995, p. 83, grifos do autor).

Observações acerca das capas do jornal *O Pasquim* e considerações finais

Figura 01



Capa, *O Pasquim* nº 105, 1971

Com a linguagem irreverente característica do *Pasquim*, na capa da 105ª edição utilizou-se do humor relacionado a um tema polêmico, a homossexualidade. Para quem encontrasse a capa deste jornal em uma banca e não prestasse atenção relacionaria de forma generalizada que todo paulista é homossexual, pois, o termo bicha é associado pejorativamente com esse tabu. Por isso, era necessário ler as letras pequenas logo abaixo do “TODO PAULISTA” que diz “QUE NÃO GOSTA DE MULHER” para compreender a ironia do veículo com o “É BICHA”.

Figura 02



Capa, *O Pasquim* n° 14, 1969

A capa da 14ª edição do *Pasquim* trouxe como assunto principal a entrevista de Danusa com os seguintes dizeres: Danusa eu sou é divina. Representando o empoderamento feminino dentro de uma sociedade conservadora em que as mulheres não tinham autonomia e viviam em sua maioria ainda submissa ao homem. Danusa foi considerada nos anos de chumbo da ditadura militar como representação da mulher independente, o *Pasquim* não perdeu a oportunidade de entrevistá-la.

Por meio dessa pesquisa comprovou-se que o jornalismo contracultural apresentou um novo modo de fazer jornalismo no Brasil, onde a censura mesmo presente não conseguia limitar o humor e a linguagem própria de uma imprensa que se esquivava sorratamente do governo militar que quis extinguir a liberdade de expressão. Foi desta forma que a imprensa alternativa tomou impulso e se consagrou como um jornalismo independente e inteligente, exercendo a luta pela democracia e a volta do pensamento crítico na população que sofria com o conservadorismo dos anos de chumbo.

REFERÊNCIAS

ASPAHAN, Sérgio; GODINHO, Márcio. **Mochileiros nos anos de chumbo**. Belo Horizonte, Editora Duplo Ofício, 2013.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O Discurso Da Contracultura No Brasil: O Underground Através De Luiz Carlos Maciel (c. 1970)** Tese (Doutorado em História). FFLCH – USP, São Paulo, 2007.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

CHORILLI, Giuliana. **Underground: O Jornalismo Contracultural e a possibilidade da inserção de uma nova modalidade de jornalismo por meio do Pasquim**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>. Acesso em: 14 set 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

MACIEL, Luíz Carlos. **Nova Consciência. Jornalismo contracultural-1970-72**. Rio de Janeiro, Editora Eldorado, 1973.

MUGGIATI, Roberto. **Rock: Da utopia à incerteza**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo. Nova Cultura/Brasiliense, 1983.